

**Zero Hora, seus editoriais e as greves na
educação pública estadual no Rio Grande do Sul durante o ocaso
da ditadura militar-civil brasileira (1979, 1980 e 1982)**

**ZERO HORA, their editorials and the strikes on the estate public education at
Rio Grande do Sul during the exhaustion of the Brazilian military-civil
dictatorship (1979, 1980 e 1982)**

Mauro Luiz Barbosa Marques ¹

Resumo: Este artigo analisa as ações grevistas dos professores da educação pública estadual do Rio Grande do Sul, os quais definiram paralisações grevistas nos anos 1979, 1980 e 1982 na conjuntura de crise e esgotamento do regime militar brasileiro. É pretendido analisar o impacto social e político das greves dos educadores estaduais através do conteúdo editorial do jornal Zero Hora e as posições deste veículo ante as ações que questionavam o regime autoritário. A partir de tais fontes será possível perceber, ao menos em parte, o debate político presente na sociedade naquele momento sobre as inéditas – até 1979 – greves de educadores.

Palavras chave: Zero Hora, CPERS, Ditadura Militar-civil.

Abstract: This Article analyzes the strikes actions of the estate public education's teachers in Rio Grande do Sul, which defined outages strikes in the years 1979, 1980 e 1982 under the situation of exhaustion in the Brazilian military regime. At the same time, is desired to analyze the social and political impact of the state educator's strikes by editorial content in the Zero Hora newspaper and the reviews of this journal faced with these actions versus the authoritarian regime. From these sources will be possible understand, at least partially, the political discussion in the society at time about the unprecedented, until 1979, educator's strikes.

Key words: Zero Hora, CPERS, Military-civil dictatorship.

Introdução

A partir de meados dos anos 1970, a coalizão militar-civil que administrava um regime autoritário e segregador da participação popular foi cedendo espaço empurrado por novas conjunturas. O fim do chamado '*milagre econômico*', a crescente contestação de várias camadas da sociedade ao regime de censura e de restrições democráticas e, em especial, a ação mobilizatória e grevista de diversas categorias por todo o país foram fatores desestabilizadores da ordem autoritária.

Entre estas ações grevistas, se destacaram as greves do magistério ² público estadual do Rio Grande do Sul que definiram paralisações grevistas nos anos 1979, 1980 e 1982, ³ período final do Regime Militar brasileiro.

¹ Especialista em Estudos Afrobrasileiros pela UNILASALLE/Canoas e Mestre em História pela UFRGS/POA, professor na rede pública na cidade de São Leopoldo/RS. Mail: mauro.238@hotmail.com

O CPERS, – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – entidade fundada em 1945, foi o centro coordenador destas greves. Foram ações de milhares de educadores, em geral com forte apoio popular, os quais comoveram a conjuntura e se destacaram como eventos de caráter político no Estado, dentro de um contexto maior, de caráter nacional. Nas palavras de MAESTRI,

*“Desde o início de sua gestão, Amaral de Souza enfrentou sucessão de duras greves do magistério público, dos trabalhadores da construção, do transporte público, dos bancários, etc. O movimento grevista assinalou o renascimento da luta sindical no Rio Grande do Sul – ao igual que no Brasil – e constituiu marco da história política e social rio-grandense”.*⁴

Esta temática e suas circunstâncias teve grande destaque na mídia regional naquele momento, pelas suas peculiaridades locais e nacionais. Assim, o conteúdo da imprensa escrita da época, incluindo posições editoriais explícitas destes impressos, desenvolveu larga cobertura de tais eventos.

Este artigo pretende analisar o conteúdo dos editoriais de Zero Hora – numerosos e significativos – durante os dias de greve nos três anos citados. Assim, se busca compreender parte do debate político presente na sociedade naquele momento sobre as inéditas – até 1979 – greves de educadores, que logo se tornariam eventos rotineiros.

Zero Hora e seus editoriais

O jornal Zero Hora (ZH) surgiu em substituição ao periódico ‘Última Hora’, fechado após a derrubada de João Goulart em 1964.⁵ Em 1966, juntou-se a este projeto o Sr. Maurício Sirotsky Sobrinho que, em 1940, controlava alto-falantes no centro da cidade de Passo Fundo.

² Considera-se ‘magistério’ os professores de 1º e 2º graus (8 anos e 3 anos de estudo, respectivamente, no caso brasileiro), denominação da educação básica no período analisado por este artigo. Termos como ‘trabalhadores em educação’ ou ainda educadores, além da clássica categoria de “professores” são terminologias sinônimas as quais podem aparecer durante o artigo (nota do autor).

³ Neste período o governador do Estado do Rio Grande do Sul era Amaral de Souza (partido ARENA em 1979, denominado PDS a partir de 1980). A greve de 1979 durou 13 dias, a de 1980 teve 21 dias e a greve de 1982, duramente reprimida, durou apenas 3 dias (dados em <www.cpers.org.br/imagens/historia/historico_greve_cpers.pdf> , acesso em 8/9/2011).

⁴ MAESTRI

RI, Mário. Breve História do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora UPF, 2010, p. 390.

⁵ FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 154.

O controle acionário da família Sirotsky se consolidou em 1969 e este fato foi assim retratado no próprio conteúdo do periódico, como registra SCHIRMER:

*“Só na edição de 19 de maio é que vai aparecer no jornal o expediente da nova direção, encimando o editorial “Reafirmação”, no qual é declarado que “Zero Hora ingressa em seu sétimo ano de existência, com alterações em seus quadros dirigentes, mas reafirmando os propósitos que o nortearam, definidos no editorial de sua edição nº 1, a 4 de maio de 1964, buscando ser um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito “às leis”. Mas, em realidade, era uma alteração que iria mudar a história do jornal e da imprensa gaúcha”.*⁶

Ressalte-se que em sua apresentação pública de 1964 e na reafirmação dos Sirotsky citada acima, ZH esperava ser “um jornal, autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis”. Com esta apresentação e conceito, este grupo desenvolveu métodos de gestão empresarial mais modernos e adequados à nova realidade dos anos 1960 e 1970, enquanto seus concorrentes ainda se atinham a padrões mais antigos.

Em 1969, por exemplo, ZH se tornou o primeiro jornal a adotar tecnologia off-set de impressão no Rio Grande do Sul, o que somado às reformas modernizadoras o tornaram um jornal altamente competitivo, superando importantes dificuldades financeiras. Ao mesmo tempo, aproveitando-se do declínio de outros concorrentes (em especial da tradicional instituição Caldas Jr e de seu periódico Correio do Povo), tornou-se o jornal de maior tiragem e maior venda avulsa a partir de 1982.

Este fato pode ser também explicado a partir da postura de ZH e sua direção de adequar-se à reorganização do capitalismo, ocorrida a partir dos anos 1970, a qual levou a um crescimento do processo informativo e uma modificação do caráter e do próprio conceito de jornalismo, ampliando-se a difusão das informações e até mesmo modificando o papel do jornalista.⁷

Assim, no período destacado neste artigo, ZH tinha expressivo espaço de leitura na sociedade rio-grandense e embora sua cobertura se esforçasse em noticiar o desenrolar das greves

⁶ SCHIRMER, Lauro. RBS: da voz do poste à multimídia. Porto Alegre: Editora L&PM, 2002, p. 73/74.

⁷ FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em ZH. 177 f. Tese (Doutorado) – PUCRS. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social: Porto Alegre, 2006, p. 76/77.

com um perfil narrativo, em geral, no conteúdo de opinião ZH sempre foi severa na crítica aos movimentos de reivindicação docente.

As greves dos educadores estaduais no Rio Grande do Sul não foram um fato isolado, mas parte de um contexto nacional. O ano de 1979, início de nosso recorte temporal se destacou como um ano de ampliação de lutas sindicais iniciadas no ano anterior especialmente no ABC Paulista. As lutas oriundas do mundo sindical foram um dos tentáculos fundamentais para retirar as forças e diminuir a legitimidade do regime militar ainda vigente.

Caubet afirma que tais ditaduras, características em nossa região planetária naquela altura, *“se dotaram de aparelhos repressivos extremamente cruéis e degradantes, praticaram a cassação, o banimento, a tortura, a liquidação física dos oponentes e o desaparecimento forçado das pessoas”*.⁸

A opção deste regime instalada em 1964 foi a abertura acelerada aos financiamentos externos visando rápida industrialização. Tais financiamentos ampliaram o endividamento nacional. No momento que a economia reduziu seu crescimento, especialmente a partir de 1973, as conseqüências sociais foram brutais.

O arrocho salarial e a superexploração sobre a classe trabalhadora foram a marca deste período, fatores que aumentaram *“as desigualdades sociais e pauperizou boa parte dos trabalhadores brasileiros”*.⁹

O objetivo de industrialização foi alcançado, além da ampliação dos serviços básicos para uma população que rapidamente trocava o campo pela cidade. Além do proletariado industrial típico, este fenômeno levou ao crescimento de *“uma classe média assalariada gerada pela expansão das ocupações tecnocientíficas e burocráticas ligadas à grande empresa e à administração pública”*.¹⁰ Cabe incluir os trabalhadores em educação como parte deste contingente de classe média assalariada, setor o qual foi pauperizado e salarialmente achatado a partir da segunda metade da década de 1970.

A gestão econômica ditada especificamente pelo FMI foi marcada pela *“má distribuição da renda, pelo endividamento externo, pela concentração da propriedade e pela ausência de*

⁸ CAUBET, Christian G. “A Nova República em seu contexto Americano: dos golpes dos 60 às democratizações dos 80”. IN: Encontro Anual ANPOCS, São Paulo: 20 a 24/10/1986, p. 14/15.

⁹ RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 1993, p. 168.

¹⁰ SALLUM JR., Brasília. LABIRINTOS: dos gerais à Nova República. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 56.

liberdades essenciais".¹¹ Apenas como exemplo, entre "1964 e 1981 a dívida externa aumentou 25 vezes, e a inflação atingia níveis elevados (77% em 1979 e 110% em 1980) somada à recessão".¹²

A partir das imensas dificuldades do próprio regime, especialmente na gestão Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o que os militares definiram como 'abertura política' e que Antunes (1988, p. 126) conceitua como um passo importante para uma espécie de "auto-reforma da estrutura política da autocracia burguesa", de 'democratização por dentro da ditadura', uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político entre os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem.¹³

De qualquer forma, a propalada 'abertura' permitiu a retomada de organização e mobilização de diversos setores da sociedade, pois "grupos sociais cada vez mais amplos, beneficiando-se da liberdade que se alargava, trataram de proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade".¹⁴ Foi um período de multiplicação de associações de bairro, sindicatos, movimentos contra o custo de vida, pela moradia, pela terra, entre outros.

Junto a isso, um dos fatores do distencionamento da ditadura militar foi o cancelamento do AI-5 e o relaxamento da censura. Estes fatores não significaram uma total abertura, como relata Kushnir:

*"Mesmo com a decretação formal do fim do AI-5 e de outros 'entulhos autoritários' em dezembro de 1978, as marcas que todo esse processo deixou na sociedade brasileira permaneceram. Pode-se afirmar que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência".*¹⁵

¹¹ PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983). 360 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, políticos e econômicos: Porto Alegre, 1984, p. 68.

¹² SOARES, Vânia Fonseca. A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979 - 1985). 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2002, p. 54.

¹³ ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988, p. 126.

¹⁴ LAMOUNIER, Bolívar (org). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, p. 15.

¹⁵ KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI 5 à constituição de 1988. São Paulo: Editora Boitempo, 2004, p. 140.

Apesar de debilitado, o regime militar fez o enfrentamento – de variadas formas - com os movimentos sociais e suas lutas. Não foi diferente no Rio Grande do Sul com as greves dos educadores em 1979, 1980 e 1982. Estas greves ocorridas ao final da ditadura, em crise, mas que ainda não aceitava contestação ou que questionassem sua legitimidade.

Conforme Rezende, os movimentos contestatórios do período da abertura e as greves, “*eram mostrados pelo regime como uma afronta ao seu sistema de idéias e valores da família brasileira, aos pressupostos de bem comum e aos elementos garantidores da felicidade de todos os brasileiros*”.¹⁶

Por isso, diversas vezes tais mobilizações foram reprimidas, visto que a “*contestação é vista como um ataque sistemático ao próprio regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa*”.¹⁷

Ameaças de punições estiveram sempre no contexto das greves dos educadores no Rio Grande do Sul e nas demais categorias. Nada disso impediu que tais movimentos ocorressem no Estado e em todo o país, pois entre “*janeiro e outubro de 1979 houve mais de 400 greves*”.¹⁸

Os movimentos sociais tiveram em sua trajetória importantes apoios e alianças. O amplo bloco opositor ao regime se consolidava e um aspecto significativo deste período, para a oposição, foi a emergência de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligas à Igreja, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical.

O denominado ‘*novo movimento sindical*’ é um tema de larga discussão e diversos enfoques. Vale destacar que tal proposta pretendia romper com o passado de sua classe e as posições correntes no sindicalismo nacional naquele momento. Eram metamorfoses pelas quais passavam parte das lideranças e das estruturas sindicais brasileiras, sendo assim “*Transformações de dentro na prática sindical por direções reflexivas do novo momento ou com o lançamento contra direções acomodadas*”.¹⁹

Desta forma, ao final dos anos 70 e início dos 80 acirra-se a crise econômica e ocorre uma modificação nas demandas sindicais e políticas as quais focaram desemprego e melhorias nas

¹⁶ REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade – 1964-1984. Londrina: Editora UEL, 2001, p. 312.

¹⁷ STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986, p. 62.

¹⁸ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 417.

¹⁹ BLASS, Leila M. da Silva. Estamos em GREVE! Imagens, gestos e palavras do Movimento dos Bancários, 1985. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, p. 59.

condições de vida. Enfim, os “*baixos salários (...) fizeram crescer as insatisfações que culminaram com o renascimento do movimento sindical*”.²⁰

Tais fenômenos incidiram sobre a categoria dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul: como consequência de tal levante de greves e ações trabalhistas e como reflexo do movimento mais geral dos trabalhadores, “*na segunda metade dos anos 1970, a organização dos professores aproxima-se dos trabalhadores, deixando de ser específica da categoria para ampliar seu escopo (...)*”.²¹

A origem dos movimentos grevistas dos educadores no Rio Grande do Sul está em todo este contexto somado a peculiar gravidade da sua situação social. Com o passar dos anos e pela experiência das lutas, somou-se a isso uma capacidade de organização através de um sindicato atuante e espraiado em todas as regiões do Estado. Para isso, foi necessária uma ruptura, pois “*o funcionalismo público estava excluído do sistema sindical oficial, passaram de entidades de caráter cultural, ajuda mútua, para ativos sindicatos*”.²²

A partir desta modificação de seu papel e superando a idéia de sacerdócio e sacrifício pela causa educacional, se tornaram radicais as repercussões de qualquer mobilização deste grupo por estarem em toda parte do Estado e vinculado às comunidades – muitas vezes de baixa renda e trabalhadores - em todos os cantos gaúchos.

Com as greves quase anuais, a categoria, ao passar a ampliar sua pauta além do elemento salarial, ao menos parcialmente pode ser enquadrada no que Antunes define como consciência na greve. Para o autor, ocorre salto de consciência política nas categorias em luta “*quanto mais consegue transcender os limites dados pela imediatidade, rumo à consciência global do seu ser social*”.²³

As ações dos trabalhadores em educação moldaram determinada prática política em cada momento de suas mobilizações e ajudaram a constituir um certo imaginário político, os vínculos afetivos criados no desenrolar das lutas, a solidariedade e paixões. Além disso, centralmente, as

²⁰ PADRÓS, Enrique S. & GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985)”. IN: PADRÓS, Enrique Serra [et. al.] (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Volume 4 – O Fim da ditadura e o processo de redemocratização. Porto Alegre: Editora CORAG, 2010, p. 43.

²¹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. “Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970”. ECCOS – Revista Científica, Volume 11, nº 1, janeiro-junho de 2009, p. 25.

²² BOITO JR., Armando [et al.] O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991, p. 64.

²³ ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988, p. 176.

greves da educação ocorreram como reação aos “*acordos rasgados, haja vista o não cumprimento das promessas feitas aos professores no encerramento de cada greve*”, em especial o chamado ‘*acordo/80*’ foi polêmico quanto ao seu cumprimento pelo governo e causa da greve de 1982.²⁴

De qualquer forma, antes disso, a greve de 1979 começou a pavimentar o caminho das tradições mobilizatórias da categoria estadual e abriu o período no qual as mobilizações dos educadores estaduais dividiram corações e mentes na sociedade rio-grandense entre apoiadores e opositores.

Do ponto de vista político, tais greves o corridas ao final do período militar dividiram argumentos entre dois campos distintos: o da legitimidade e o da legalidade, pois o regime, embora debilitado, ainda mantinha uma série de elementos legais anti-greve. Por outro lado, sentia fortemente a pressão popular dos movimentos que não paravam de ocorrer a partir do final dos anos 1970 em todo país. Essa dicotomia também esteve presente nas greves da educação no Rio Grande do Sul.

A greve de 1979: entre a concórdia e o radicalismo

Em 1979 a adesão grevista beirou os 90% da categoria, em média, em todo Estado. Obviamente não havia certeza desta adesão quando se preparou a Assembléia de abril de 1979, como retratam as discussões na diretoria daquele momento. Havia um misto de confiança na solução do problema sem greve e a certeza que era necessário seguir firme, caso necessário.

Assim, por um lado havia um sentimento de que as autoridades eram sensíveis aos pedidos dos educadores e por outro a perspectiva de algum grau de enfrentamento. Era natural algum grau de receio pela ação inédita que se aproximava, mas em abril de 1979 foi decretada a primeira greve por tempo indeterminado da educação do Rio Grande do Sul, após 1964.²⁵

A opção grevista foi uma completa ruptura na relação entre a categoria e o governo pois “*as reivindicações salariais eram feitas de forma cerimoniosa através de correspondências*

²⁴ LIMA, Mara Rejane Leandro. A questão salarial dos professores do Estado do Rio Grande do Sul na região metropolitana: suas implicações na educação. Salamanca: Imprensa KADMOS, 2003, p. 23.

²⁵ Foi a primeira greve no Estado após o golpe de 1964 e a segunda greve em termos nacionais. Antes, em 1964, uma greve na capital foi coordenada pela Federação dos Grêmios dos Professores. Em 1963 uma greve reivindicou salários atrasados, efetivação de profissionais contratados dos professores estaduais no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria, movimento que obteve pleno atendimento por parte do governo de então (CPERS. CPERS Sindicato – 50 anos – compromisso com a cidadania plena. Porto Alegre: Editora Tchê, 1995, p. 26).

protocolares (...). Os aumentos salariais não continham nem o gosto de barganha. (...) A negociação nem era cogitada”.²⁶

A mudança do perfil da entidade também levou a uma massificação de seu quadro de sócios, mais um sintoma demonstrativo do rompimento com a concepção do Magistério como sacerdócio e o reconhecimento da necessidade da luta por valorização profissional. Em 1972, o CPERS passou a filiar os professores de nível médio, importante salto para a entidade. O número de sócios, apenas cresceu neste período: em 1977 eram 25.483 sócios e até 1981 houve mais de 37 mil novas associações no quadro do Sindicato. Em 1991, eram 79 mil sócios na entidade.²⁷

Esta modificação também estava presente nos materiais na entidade desde 1977. Se por um lado, o estatuto do CPERS neste ano tinha por finalidades - entre outras - “*d) colaborar com os Poderes Públicos, entidades e órgãos comunitários no estudo e solução dos problemas educacionais*”, as metas divulgadas para captação de novos sócios eram mais do campo das pautas de exigência sindicais: “*valorização do professor, aperfeiçoamento e consolidação do plano de carreira, aposentadoria, formação, expansão para o interior e construção da sede*” eram os itens do Informativo chamado “*Conheça o CPERS*” distribuído em 1977 nas escolas.

Este quadro é confirmado por Hermes Zanetti:

“Este ingresso de sócios me permitiu fazer uma negociação com o Plaza São Rafael, pois o edifício sede do CPERS na Alberto Bins estava já com sua estrutura comprometida com o tempo e havia apenas um esqueleto com a construção parada no segundo andar. Eu fiz uma negociação, erguemos os nove andares do CPERS, deixamos a base estrutural de fundos para o Plaza São Rafael e recebemos em troca todo o edifício. A partir daí passamos a construir núcleos no interior, ter verba para mobilização e tudo isso”.²⁸

²⁶ CAVALHEIRO, Hermengarda de Carvalho. A organização dos professores públicos e a realidade brasileira. Uma perspectiva histórica e sindical, dois estudos de caso: a PPMG e UTE. 355 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 1989, p. 97/98.

²⁷ Dados em DRESCH, Márcia. O discurso do CPERS Sindicato: uma abordagem discursiva. 97 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Letras e Artes: Porto Alegre, 1994 e BULHÕES, Maria da Graça & ABREU, Mariza. A luta dos professores gaúchos – 1979/1991. O difícil aprendizado da democracia. Porto Alegre: Editora L&PM, 1992.

²⁸ Hermes Zanetti nasceu em Veranópolis (RS) em 3/8/1943. Foi presidente do CPERS de 1975 a 1979 e depois presidente da CPB (Confederação dos Professores Brasileiros) de 1979 a 1986 (Tais dados, além de todo histórico de sua participação nas greves, estão em depoimento cedido ao autor em maio de 2012).

Assim ocorreu a escalada organizativa rumo à greve de 1979, sobre a qual houve destacada abordagem na imprensa, inclusive com acompanhamento das adesões em todo interior do Estado, combinado com os editoriais frequentes em ZH, analisados a seguir.

Para Fraga,²⁹ os jornais podem ser instrumentos de divulgação das idéias dominantes. Neste episódio específico, ZH cumpriu esse papel em inúmeros editoriais, como se percebe:

“(...) a essas alturas a opinião pública, que já identificou a boa vontade do Executivo, espera com expectativa que a posição do professorado venha marcado de igual tolerância. Uma greve do magistério, como setores radicais da classe advogam, no momento seria desastrosa e significaria um retrocesso nas conquistas já obtidas, servindo ainda para colocar em má situação, perante a opinião pública, uma classe que até hoje só tem recebido apoio e simpatia na sua justa luta por uma vida melhor.”³⁰

*“É pena que o magistério gaúcho, tão consciente das tradições de espírito público e disciplina que sempre constituíram apanágio da classe, tenha escolhido o caminho extremo de uma paralisação no cumprimento dos seus deveres para com os alunos, para com a coletividade e para com o Estado. Mas apesar dessa conduta de rebeldia, é de formular votos para que o Governo do Estado consiga contornar o problema criado e evite a consumação de uma greve de conseqüências tão ruinosas para todos”.*³¹

Nas vésperas da greve em 1979, o editorial oficial de ZH esperava pela tolerância e pelo cumprimento dos deveres dos professores junto a seus alunos, advogando as dificuldades do governo, o qual não poderia cumprir os pedidos do Sindicato plenamente. Visivelmente, seu conteúdo chama pela disciplina e critica a rebeldia dos educadores. Vale ressaltar que uma série de editoriais semelhantes a estes em dias seqüentes são encontrados em ZH. Durante o período de fortalecimento da greve, no entanto, houve a redução deste tipo de abordagem editorial.

Em 5/4/79, no editorial da página 2, segue o conteúdo percebido nos dias anteriores:

²⁹ FRAGA, Gerson Wasen. Brancos e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2004.

³⁰ Editorial de ZH: 2/4/79, p. 3

³¹ Editorial de ZH: 3/4/79, p. 2

“(...) o Governador, apesar das graves restrições financeiras, determinou a apresentação de uma contraproposta ao magistério, consistente num aumento suplementar de quinze por cento além dos quarenta por cento já concedidos a todo funcionalismo estadual. A iniciativa vem comprovar o espírito de conciliação com que o Governo do Estado vem conduzindo as negociações. (...) E os mestres devem se comportar à altura desse espírito conciliador do Chefe do Poder Executivo, evitando que as paixões descontroladas possam prevalecer para a continuidade de um movimento que vai prejudicar uma população estudantil de mais de um milhão e meio de alunos, praticamente na abertura de um ano letivo”.

Em 1979 foi determinante a intervenção do Cardeal de Porto Alegre Dom Vicente Scherer. Setores da Igreja se aproximaram naquele momento dos movimentos sociais e reivindicatórios ao final dos anos 1970. Naquele momento, o governo Amaral de Souza argumentava sobre seus limites financeiros, mas o fator mais significativo era o crescimento da greve e sua adesão massiva, que levou a uma solução positiva do movimento.

Após novo encontro entre grevistas e governo, o editorial de ZH voltava a tematizar a greve:

*“O episódio da greve terá sido uma prova dura e difícil, mas não deve deixar qualquer seqüela, seja para as autoridades estaduais, seja para o magistério que pôde superar as vicissitudes comuns a um processo de conquistas salariais. É bom e muito significativo que essa vitória da concórdia e da conciliação possa ocorrer sob a inspiração dos sentimentos cristãos que devem ser reverenciados na Semana Santa”.*³²

Este foi o último editorial em ZH neste movimento grevista. Ao término da greve, não houve comentários. Em menos de uma semana deste conteúdo, terminou a primeira greve da educação em termos estaduais contra o regime militar, após uma assembléia com mais de 10 mil presentes no Ginásio Gigantinho. O conjunto das reivindicações acabou atendido pelo governo.

Hermes Zanetti, presidente da entidade naquele momento teve sua posição publicada em ZH: *“(...) estamos dando os primeiros passos de uma luta que está apenas no início. Mas a*

³² Editorial de ZH intitulado ‘O caminho da concórdia’:14/4/79, p. 2.

*grande lição de conscientização e união tivemos durante todos estes dias de greve, que culminaram com a decisão tomada neste momento pelo magistério gaúcho”.*³³

De fato, era apenas o início de uma caminhada de mobilizações.

A greve de 1980: maior politização e o “acordo/80”

Dezoito meses depois, na greve de 1980, houve uma ampliação da politização e das atitudes dos grevistas e suas ações. O dia do professor – 15 de outubro no Brasil – foi marcado pelo sentimento crítico do CPERS e dos educadores como registrou ZH na página 31 da edição de 15/10/80: *“Desta vez, mais críticos, eles questionam o seu papel como agente formador, e propõem uma educação libertadora, seguindo os princípios de Paulo Freire no Encontro Estadual de Professores que se realiza de hoje até dia 18 na PUC”.*

Nesta mesma página, o CPERS divulgou nota paga sobre o dia do professor:

“EM NOME DA DIGNIDADE - Aos professores. Hoje é o nosso dia. Mas a festa não é nossa. Dispensamos solenidades e homenagens formais. Não podemos permitir que se apossam da nossa data. Queremos olhar nossos alunos bem de frente. A única manifestação que aceitamos é a do respeito. À Lei que nos ampara. Às causas que nos unem. À luta que nos incendeia a alma. À dignidade do cidadão que vive, pensa e age dentro de cada professor. Este dia, ao menos, é nosso”.

No mesmo mês, a segunda greve seria deflagrada em Assembléia realizada em Porto Alegre no dia 20/10/80 quando foram definidos dois dias de paralisação e nova avaliação a ser feita ao final deste período. Nestes dias, o editorial de ZH foi redigido na linha argumentativa semelhante ao ano anterior:

“Os professores gaúchos decidiram paralisar seus trabalhos durante dois dias. Foi uma decisão assumida e trata-se já de um fato consumado. (...). Acima de tudo, o que interessa à coletividade rio-grandense, plenamente consciente da importância desta categoria profissional e das condições financeiras do Estado, é que não se avolume a divergência entre os mestres e o Estado, mas que se encontre um terreno comum, onde a intransigência ceda lugar à flexibilidade. O pior que poderá acontecer no setor

³³ Edição de 18/4/79, p. 30.

*educacional do Rio Grande do Sul no momento atual é precisamente a radicalização. Esta atitude não trará benefícios ao magistério, já tão sofrido e tão cheio de problemas nos tempos que correm. A dignificação da carreira, pretensão justa e inegável, tem todo um processo diante de si, processo este que deve ser alicerçado sobre bases seguras e irreversíveis, e que somente poderá acontecer se não houver a inflexibilidade negativista”.*³⁴

Seguem sendo temidas a radicalização e o confronto, ao mesmo tempo em que ZH compreende as dificuldades financeiras do Estado. Na nova assembléia de 1º de novembro, o editorial do mesmo dia clamava pela reflexão, reconhecendo a forte adesão dos dois dias de paralisação:

*“(...) toda atitude a ser assumida hoje, depois do meio-dia, deve ser pensada e refletida. (...) Assim, devem os mestres se acautelar contra dois tipos de atitude, que podem surgir num movimento amplo como foi o que se verificou nesses dois dias de paralisação. Os professores devem ter cautela contra o emocionalismo e o radicalismo, dois posicionamentos, aliás, que quase sempre vêm junto, um alimentando-se do outro”.*³⁵

Os elogios ao governo do Estado continuaram: *“é de se destacar a serenidade com que o governo do Estado está encarando os acontecimentos. De parte do Executivo gaúcho não tivemos nenhuma demonstração de radicalismo. Não houve nenhuma porta fechada”.* Naquele momento, ZH apostava em uma *“solução, mesmo que provisória, a qual concilie a difícil e angustiante situação do magistério gaúcho, com os problemas também dramáticos financeiros e orçamentários do Estado”.*

Mais de 15 mil presentes definiram pela greve por tempo indeterminado. O crescimento da presença numérica dos sócios do CPERS nas assembléias também foi uma marca neste período de greves. Em matéria paga nas capas de todos os jornais, o governo reagiu no dia 3/11:

“A greve e o incitamento à greve do magistério público estadual são ilegais, constituindo ao mesmo tempo falta funcional e crime previsto em

³⁴ Editorial intitulado ‘A hora da flexibilidade’: 30/10/80, p. 2.

³⁵ Editorial intitulado ‘A assembléia dos professores’, p. 2.

lei; (...) O Governo somente considerará o pedido de audiência formulado pelo CPERGS após o término do movimento paredista. A democracia é o primado da lei. O Governo portanto agirá em estrito respeito à mesma. Nem governantes nem governados podem pretender impor seu arbítrio ao primado da ordem legal”.

Aparentemente, o CPERS tentava colocar a greve de 1980 como uma paralisação e assim tentar evitar o enquadramento ilegal do movimento. Isso não foi considerado pelo governo. O editorial de ZH também apelou pela legalidade e considerou a nota governista uma “(...) inequívoca atitude do Estado em não vacilar diante de um movimento reivindicatório que se expressa através de um tipo determinado de pressão, isto é, a paralisação, que o Governo prefere denominar de greve”.³⁶

A adesão da greve de 1980, tendencialmente foi superior à greve do ano anterior. O governo exigia o retorno às aulas para negociação e havia um dado novo: a greve ocorria ao final do ano letivo, colocando em risco as férias e o ‘veraneio’ da comunidade. O editorial de ZH também conclamava o retorno às aulas condenando a greve já consolidada e forte: “A situação criada com a paralisação de atividades, levada a cabo pelo magistério gaúcho, encaminha-se para um beco sem saída. Pois, a paralisação por tempo indeterminado configura-se como uma greve não chamada por seu próprio nome”³⁷

Advogando a comunidade, ZH citava os “pais que se perguntam como vai ser resolvida a situação de seus filhos, se vai ser prorrogado o ano letivo, com evidentes perturbações para toda programação familiar”. Segundo o jornal era o momento da “volta ao bom senso, para que o diálogo possa ser restabelecido, única forma de se encontrar uma saída para a problemática situação”.

Após algum tempo, quando a força da greve fez o governo admitir o diálogo mesmo em greve, ZH foi mais amena, sem falar em radicalismo, justificando suas posições como “Cumprindo seu dever de opinar sobre questões relevantes da comunidade em que está inserida”.³⁸

Na greve de 1980, o governo dividiu-se em duas posições e durante uma grande assembléia, com mais de 17 mil presentes, durando mais de 8 horas, o governador concordou

³⁶ Editorial intitulado ‘Os professores parados’: 3/11/80, p. 2.

³⁷ Editorial intitulado ‘O único caminho’: 4/11/80, p. 2.

³⁸ Editorial intitulado ‘Afiml, o diálogo’: 13/11/80, p. 2.

com a proposta desenvolvida pelo CPERS junto com os Secretários de Educação e da Fazenda. Esta assembléia incluiu uma ida do Comando de Mobilização ao Palácio do governo para esta negociação e assim a greve foi encerrada em 18 de novembro, algo comemorado pelo conteúdo do editorial de ZH:

“(...) Foi o trabalho perseverante do comando do magistério e dos secretários da Educação e Fazenda, buscando uma fórmula que colocasse fim ao impasse gerado, que possibilitou ao governador Amaral de Souza reunir os elementos necessários e tomar decisão que colocou um ponto final à paralisação do magistério (...). (...). O magistério, por seu turno, vê atingidos seus objetivos, sai fortalecido em seu segundo movimento e volta às aulas com sua missão reconhecida e valorizada pelo Governo, que de resto nunca desconheceu o seu importante papel social na formação da sociedade (...). Pelo segundo ano consecutivo, ambos – magistério e Governo – dão uma prova de maturidade e capacidade de diálogo, própria nos regimes democráticos em fase de abertura que vivemos”.³⁹

Aproveitando o fato, ZH destacou e considerou como “*regime democrático*” a abertura comandada pelos militares no ano de 1980. Não foram poucas as vezes que as greves dos educadores se chocaram com a conjuntura e tiveram seu papel político bastante destacado, muito além das questões salariais.

Ao encerrar a greve de 1980, ficou o sentimento de conquistas e o importante ‘acordo/80’, como ficou batizado. Este incluía questões além da problemática salarial: os investimentos mínimos fixados como compromisso do Executivo em 25% para a área da educação, participação docente no Conselho Estadual de Educação além de indicar o patamar de 2,5 salários mínimos como piso da categoria.

A greve de 1982: a dura repressão do velho regime

O elemento político ficou bem mais claro na greve de 1982, a qual foi severamente reprimida pelo governo estadual, ao contrário das duas greves anteriores. Para o governo, a greve teria penas uma origem emotiva e passional. Era um ano eleitoral e a adesão da greve foi menor que as anteriores.

³⁹ Editorial intitulado ‘Diálogo e sensibilidade’: 19/11/80, p. 2.

Naquela altura, a luta pelos 2,5 salários mínimos como básico salarial já estava como base das pautas de reivindicações, assim como a paridade com os demais servidores de nível superior. Para o CPERS, o governo não cumpria o acordado na greve de 1980, o *'acordo/80'*. Por esta pauta de reivindicações, mais de 20 mil professores definiram por cinco dias de greve na Assembléia de 18/3/82.

No mesmo dia, nota oficial do governo do Estado na capa dos jornais afirmava que a greve a partir da assembléia seria um 'boato' e que *"o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitorais"*.

Por sua vez, o editorial de ZH resgatava seus posicionamentos de 1979 e 1980: *"Certamente, o que se espera desta reunião é uma decisão ponderada, uma atitude sensata que não venha a ocasionar prejuízos ao conjunto da sociedade"*. ZH reconhecia os movimentos sociais, os quais deveriam ser moderados e reflexivos, e destacava mais uma vez as dificuldades do erário público.

Na página 37, artigo publicado "a pedido" do jornalista Rogério Mendelski – também publicado em outros jornais - tem um conteúdo fortemente em oposição à greve do CPERS, clamando pelo cumprimento da lei temendo pelas conseqüências deste processo: *"A sociedade brasileira - e gaúcha – que tanto tem lutado para que este país volte a sua plenitude legal e democrática, não vai tolerar que a lei seja rompida por líderes de uma classe que desejam apenas 'vingança'"*.

Apesar dos apelos contrários, a assembléia dos professores reunidos definiu por uma greve de 5 dias. Houve um forte movimento no sentido de considerar esta greve apenas como um movimento político, especialmente pela realização de eleições para governadores no final daquele ano. Por seu turno, ZH comemorava ser uma greve de duração delimitada: *"(...) a greve determinada ontem, durante a assembléia dos professores, não possui o caráter inflexível de levar o Governo novamente à mesa de negociações, forçoso é reconhecer que se trata mais de movimento de protesto, até mesmo, simbólico"*.⁴⁰

Foram cerca de 24 mil presentes (estimativa do periódico) nesta assembléia. Em 20/3/82, nota paga pelo governo foi vista na capa de ZH assim como de outros jornais de grande circulação. Nela, ficava clara a ameaça de intervenção, demissão e repressão à greve:

⁴⁰ Editorial de 19/3/82, p. 2.

“Haverá aulas, normalmente, em toda a rede escolar pública do Estado do Rio Grande do Sul, segunda feira e nos dias subsequentes. O Governo do Estado assegurará o direito de ir e vir a alunos e professores, não permitindo a formação de piquetes à frente dos colégios ou manifestações de incitação à greve. (...) Os professores que (...) NÃO DEREM AULAS, terão seu ponto cortado, nos termos da lei. (...) Os professores contratados que não comparecerem à escola para DAR AULA estarão sujeitos à rescisão de seus contratos (...)”.

Na mesma capa, salários de dirigentes da entidade foram divulgados,⁴¹ num ato surreal na tentativa de mostrar os altos salários dos líderes do movimento. A posição do Presidente da Assembléia Legislativa, membro da oposição estadual, também teve nota paga, na mesma capa, bastante disputada devido à greve daquele ano: *“As ameaças feitas ao magistério e ao Cpers, com a invocação, inclusive, da Lei de Segurança Nacional, indicam que o Governo prefere recorrer ao arsenal do arbítrio, ainda remanescente, a parlamentar e dialogar”.*

Seguindo na sua linha repressiva foi anunciado o Decreto de suspensão do CPERS na capa de 23/3/82: *“A decisão de suspender as atividades do CPERS foi tomada no fim da tarde de ontem durante audiência que o Presidente da República concedeu ao Ministro Ibrahim Abi Ackel”.*

O governo de Estado prometeu e logo que pôde agiu no sentido de colocar a greve na ilegalidade. Assim, com a ajuda do Ministério do Trabalho consolidou a intervenção e fechamento do CPERS a partir do chamado *‘Decreto de Suspensão’*, recurso jurídico da chamada *‘Lei de Segurança Nacional’* da época. O fechamento efetivo da entidade apenas foi freado a partir do anúncio de nova assembléia da categoria.

⁴¹ Sem assinatura e registrado como um “A PEDIDO”, tal nota, em forma retangular ao final da página, registrou salários de lideranças como Paulo Egon, Tereza Noronha, Hermes Zaneti e Zilah Totta. Também mostrava como o governo ampliou o investimento em salários: em 1979, eram cerca de 598 milhões de cruzeiros como média mensal e em 1982 chegou a 5.844.000 de cruzeiros, quase dez vezes mais (nota do autor).

As manchetes de capa de ZH em 23/3/82 foram esclarecedoras neste sentido: “*Ministro da Justiça diz que é iminente fechamento do CPERS: INTERVENÇÃO LEVA MAGISTÉRIO HOJE A NOVA ASSEMBLÉIA*”.

Além da decisiva intenção repressiva do regime militar, já bastante desgastado, um fator determinante para as dificuldades da greve de 1982 foi sua adesão, bastante inferior às greves anteriores. Assim, com forte ameaça de fechamento de sua entidade, os professores retornaram às aulas após 2 dias de greve, decisão tomada na assembléia de 23/3/82. Tal decisão, numa reunião com cerca de 5 mil presentes, também significou o recuo da repressão e da possibilidade de perdas organizativas a partir da suspensão da entidade classista.

ZH não se posicionou nos dias anteriores, mas ao final da greve lançou mais um editorial elogiando o recuo do CPERS e justificando os encaminhamentos do governo:

*“(...) elogiável capacidade de se situar diante de um quadro que, ao fim e ao cabo, acabaria resultando contrário a seus próprios interesses. (...). Cabe ao Poder o cumprimento da Lei. (...) quando a normalidade volta a imperar, quando desaparecem as tensões e apagam-se as apreensões, as condições se tornam propícias para o entendimento aberto, leal e franco, como sempre foram as tradições gaúchas”.*⁴²

Apesar da repressão, para ZH tudo agora voltaria a ser ‘*franco, leal e aberto*’. Assim, concluiu o editorial sugerindo o reatamento do diálogo, após esta ‘*normalização*’. O suposto diálogo ocorreu, mas sempre colocando – por parte do governo - a ilegalidade dos movimentos grevistas chocando-a com sua legitimidade, em geral reconhecida. Nesta balança, o discurso legalista era dominante.

Isso se confirma neste documento oficial:

“A greve, nos serviços públicos é vedada (...) em qualquer de suas espécies, mesmo que eufemisticamente tenha o nome de “paralisação”. Ao deflagrar a greve (...) o CPERS fez com que os professores infringissem seu próprio Estatuto, a Constituição e o Estatuto do Funcionário Público Civil,, aplicável, na espécie, ao magistério, pois os que assim agiram voltaram-se contra a lei, olvidando que a Educação é atividade essencial, e que o Sistema

⁴² Editorial intitulado ‘Volta ao bom senso’: 24/3/82, p. 2.

*Estadual de Ensino não pode ficar constantemente à mercê de deliberações emotivas e passionais”.*⁴³

Estes editoriais tão parcializados publicados em ZH ano após ano confirmaram certos conceitos desenvolvidos por uma série de autores deste campo de pesquisa. Em geral, tais empresas de jornalismo atuam efetivamente como instituições privadas dependentes de anunciantes e patrocinadores (entre estes os governos em todos os níveis). Segundo Aquino, isso gerava “*pressão para a publicação relacionada diretamente aos interesses dos grupos econômicos que sustentam o periódico [e] também por uma determinada concepção de informação*”.⁴⁴

Os editoriais citados de ZH são um exemplo de como pode um periódico estar comprometido com posições do poder político dominante em dada conjuntura de crise e assim “*informar a sociedade buscando apagar falas e práticas distintas dos grupos dominantes, ou ainda disputar posições em situação de crise*”.⁴⁵

Tais aspectos reforçam as palavras de Le Goff sobre os documentos. Para o autor, estes não são inocentes sendo “*ele próprio parcialmente determinado por sua época (...) produzido conscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a ‘verdade’*”.⁴⁶ No mesmo sentido, para Becker, “*seria tolice ignorar que [os jornais] não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, [...], de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros*”.⁴⁷

Por este motivo, é preciso filtrar o conjunto de informações presentes em cada reportagem, editorial ou comentário nos veículos estudados. As fontes jornalísticas quando utilizadas como fonte de pesquisa precisam ser analisadas e delimitadas apontando os vazios e os posicionamentos subliminares ou evidentes em relação ao conteúdo histórico, onde a comparação e a interpretação tornam-se indispensáveis, como no caso dos editoriais freqüentes de ZH sobre as greves da educação no Rio Grande do Sul.

⁴³ Ofício da Secretaria de Educação nº 884, em resposta ao CPERS Sindicato: 29/3/82.

⁴⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978). São Paulo: EDUSC, 1999, p. 63.

⁴⁵ GOMES, Nilo Sérgio. A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do JB, disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline>> acesso em 20/2/2006.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001, p. 54.

⁴⁷ BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. IN: Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 196.

Observações finais

Apesar dos editoriais de ZH e as dificuldades inerentes às lutas dos trabalhadores, as greves da categoria de educadores estaduais no Rio Grande do Sul continuaram. Estas não mais ocorreram durante o período militar, após a repressão e o recuo na greve de 1982, o qual freou os movimentos por um período. A organização do CPERS e da base da categoria continuou ampliando-se nos anos seguintes e novas greves eclodiram a partir do período do governador Jair Soares (eleito pelo voto direto no final do ano de 1982, este enfrentou a primeira greve de sua gestão em 1985). Até o ano de 1991 foram praticamente movimentos paredistas anuais.

As greves docentes ocorreram, portanto ao final do período militar, durante a onda democrática dos anos 1980 chegando ao período de consolidação da chamada “*Nova República*”. Posições mais moderadas e conservadoras de combate às greves em geral partiram de diversos setores da sociedade e também dos meios impressos de comunicação como este artigo demonstrou.

Tais movimentos nunca mais saíram dos principais destaques e foram alvo desta visão conservadora e de seus discursos com variados nuances. De qualquer forma, as greves e ações docentes resistiram e se localizaram nas expectativas noticiosas ano após ano desenvolvendo polêmicas entre os moradores no solo do Rio Grande do Sul e por vezes bem além dele.

Outras fontes bibliográficas

a. Obras gerais consultadas.

COSTA, Sílvio. Tendências e Centrais Sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. São Paulo: Editora Anita Garibaldi & Goiânia: Editora da Universidade Católica, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho – Volume IV – A Democracia Reconquistada (1983 – 2004). Porto Alegre: Editora CORAG, 2005.

FREDERICO, Celso. A esquerda e o movimento operário (1964-1984) volume 3 – A reconstrução. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

HERNANDES, Nilton. A mídia e seus truques. São Paulo: Contexto, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. A Terceira Onda – a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MATTOS, Sérgio. Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando Contra os Fatos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

b. Artigos consultados.

DE LUCA, Tânia Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contextos, 2005.

DUARTE, Luiz Cláudio. “Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: um balanço historiográfico”. IN: Revista Vértices: ano 3, nº 1, março de 2000.

LOPES, Sérgio Leite. “História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro”. IN: Revista THEOMAI: nº 19, 2009.

RECH, Maria H. Bortolon; FELTES, Heloísa P. de Moraes. “No Fio do Discurso: Análise do discurso sobre o Trabalho no Artigo Opinativo do Jornal Correio Riograndense”. IN: Linguagem em Discurso. Tubarão: Editora UNISUL, 2005.

c. Acervos pesquisados.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
Arquivo privado do Jornal Zero Hora.
Arquivo particular do CPERS Sindicato.

Artículo recibido en diciembre de 2012

Artículo aprobado em marzo de 2013